



Apenas adultos na sala

A eleição é apenas a superfície da política.

A realidade política e o processo eleitoral são elementos distintos, o exercício do poder precede todo e qualquer processo eleitoral.

Um determinado grupo político só pode tentar chegar ao poder através do processo eleitoral se tiver a capacidade, o poder de concorrer em pé de igualdade com o estamento vigente — ou seja, só a capacidade de um grupo de equiparar forças ou a exaustão na projeção do grupo dominante pode permitir a concorrência eleitoral de certos grupos. O movimento patriótico liderado por Jair Bolsonaro só conseguiu concorrer eleitoralmente porque o poder político do PT decaiu, e a popularidade do ex-presidente só aumentava. E foi essa conjunção de fatores, essa circunstância política que permitiu não apenas que Jair se tornasse presidenciável, mas presidente. Como o nosso movimento floresceu diante do declínio do poder hegemônico petista, poucos parlamentares conseguem conceber essa estrutura tão abstrata que é o poder político. Como crianças que querem comprar brinquedos mas não entendem a dinâmica do valor monetário, vários parlamentares reduzem a vida política ao processo eleitoral — acreditando que basta ter os votinhos, os carguinhos e parecer muito bonzinho que tudo estará resolvido. Basta apontar a hipocrisia dos adversários, mostrar as contradições para o eleitorado sem exercer o poder — sem qualquer sanção ou possibilidade de derrota real.

Bem, enquanto as crianças brincavam de eleição sustentadas pelo poder de mobilização de Bolsonaro, a agenda política de aumento do poder do PT e das elites internacionais seguia a todo vapor — sim meu caro, é possível perder a eleição e exercer poder. Enquanto discutimos quem era a direita verdadeira, obviamente fugindo do trabalho de adulto e não traçando qualquer agenda ou conjunto de princípios para definir amigos e inimigos — em pleno domingo a ONU aprovava o nascimento de uma nova cabeça da hidra globalista. O até então pouco mencionado “pacto pelo futuro” é uma reforma do multilateralismo que pretende reduzir a política internacional ao mero processo burocrático e reduzir a vida política mundial ao processo de votação em plenário da ONU. O pacto pelo futuro não pretende acabar com as eleições, com as disputas por cargos — mas justamente esvaziar seu poder decisório, sua capacidade de confrontar as agendas da ONU e questionar as políticas impostas de cima para baixo. Nunca, jamais o projeto de sociedade aberta teve a pretensão de acabar com as eleições — isso seria o equivalente ao tirar o doce de uma criança que você pretende manter calada, entretida e distraída. A agenda de sociedade aberta pretende destruir as soberanias nacionais e acabar com as fronteiras jurídicas, políticas e financeiras — fazer do dinheiro e das corporações o soberano real e verdadeiro —, sem se importar com quem recebe votos.

Sem assegurar a soberania nacional a eleição passa a ser um pirulito disputado por crianças raivosas em um chiqueirinho, que estão tendo acesso ao doce por puro sadismo de seu cuidador. A qualquer momento é possível que o doce seja tomado, basta o cuidador pensar que as brigas passaram dos limites — tratar o processo eleitoral sem pensar no exercício do poder, sem pensar a soberania nacional é coisa equivalente a ser sob tal circunstância —, totalmente desprovida de poder decisório e com capacidade de atuação claramente limitada.

Mais do que nunca o Brasil precisa que os adultos assumam o controle da sala, retomem o controle da política nacional — justamente para pensar a soberania e a política como adultos responsáveis.